

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE LEI N.º 114/2003

RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 114/2003, de autoria do Prefeito Municipal, que *"Cria o Fundo Municipal de Habitação (FMH) e dá outras providências"*, conta com 13 (treze) artigos.

O artigo primeiro cria o Fundo Municipal de Habitação, mencionando que o referido fundo dará suporte financeiro à política municipal de habitação, voltada para a população de baixa renda.

O artigo 2.º estabelece que o fundo em questão terá como objeto o financiamento e implementação de programas e projetos habitacionais de interesse social, considerando-se como tais aqueles que atendam a população em precárias condições de habitação, e à pessoa ou família com renda familiar igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos e que não detenha a propriedade ou o usufruto vitalício de imóvel habitacional ou seja mutuário do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em qualquer unidade da federação.

O art. 3.º trata da aplicação dos recursos do FMH, bem como da correlação entre tais aplicações e as diretrizes da política municipal de habitação. Fixa ainda, como objetos de aplicação dos recursos a construção, recuperação ou reforma de unidades habitacionais, a urbanização de lotes, a aquisição de imóveis destinados a programas habitacionais de interesse social, a regularização fundiária, a assistência técnica e jurídica as pessoas mencionadas no art. 2.º desta Lei, o apoio técnico e material aos citados no art. 2º do texto legislativo, o financiamento de projetos habitacionais.

O § 1.º trata da regulamentação, através de decreto executivo, das normas operacionais e complementares referentes ao FMH.

O § 2.º estabelece que serão observadas as normas do SFH, do Fundo Estadual de Habitação e as normas internas do próprio FMH.

O Art. 4.º indica a constituição do patrimônio do FMH.

O § 1.º menciona autorização para alienação ou gravação do patrimônio do FMH, inclusive para a outorga de garantia a contratos de mútuos, de que sejam tomadores os beneficiários definidos no art. 2.º da Lei.

Art. 5.º estabelece que o FMH será gerido pelo órgão da administração pública municipal encarregado da formulação e execução da política habitacional do Município.

O art. 6.º relaciona, como receitas do FMH: as dotações consignadas, anualmente, no Orçamento Municipal e créditos adicionais que lhe sejam destinados; as dotações federais ou estaduais, não-reembolsáveis, a ele especificamente destinadas; os financiamentos concedidos ao Município por organismos estaduais, federais, internacionais ou privados para aplicação em programas e projetos, conforme disposto nos arts. 2.º e 3.º da Lei; as contribuições e dotações de pessoas jurídicas ou físicas, estrangeiras ou nacionais; os recursos provenientes da venda de editais de concorrência para execução de obras a serem realizadas com recurso do FMH; os recursos provenientes da transferência do direito de construir em áreas públicas destinadas a programas habitacionais; os recursos provenientes do recebimento de prestações e retornos oriundos das aplicações do FMH em financiamentos de programas habitacionais; o produto da aplicação de seus recursos financeiros; e outras receitas.

O Parágrafo único do referido artigo estabelece que, as despesas correntes não poderão ser realizadas com recurso do fundo.

O art. 7.º trata do depósito dos recursos financeiros do FMH, que deverá ser feito em estabelecimento oficial de crédito.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

O art. 8.º estabelece que o orçamento anual do FMH observará o Plano Plurianual, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O parágrafo único estabelece que o orçamento do FMH integrará o orçamento municipal, observando, em sua execução, as normas de controle interno do Município.

O art. 9.º estabelece como despesas do FMH: o financiamento total ou parcial de programas e projetos habitacionais de interesse social desenvolvidos pelo órgão da administração municipal gestor do FMH ou por instituições com ele conveniadas; aquisição de materiais de construção; serviços técnicos de mão de obra para construção e reforma de habitações; aquisição de áreas ou lotes para implantação de unidades habitacionais; urbanização de lotes e implantação de infra-estrutura; regularização de imóveis.

O art. 10.º prescreve que os recursos destinados ao FMH serão objeto de dotação própria no Orçamento Municipal vigente.

O art. 11 trata da incorporação do patrimônio do FMH ao patrimônio público municipal, respeitados os compromissos e garantias prestadas, no caso de extinção do mesmo.

O art. 12 estabelece que o Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, baixará decreto regulamentando a presente Lei.

O art. 13.º fixa como marco inicial de vigência do texto normativo a data de sua publicação.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei n.º 114/2003 foi apresentado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para que a mesma emitisse parecer sobre a legalidade do mesmo, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Cumprindo tal função, esta comissão inicia seus trabalhos informando que o projeto em análise foi apresentado de forma apropriada, posto que, sendo assunto de interesse municipal, inclui-se entre as matérias de competência legislativa do Município, afastada, portanto, a competência dos demais entes da Federação.

O tema em pauta, qual seja, a criação de Fundo Municipal de Habitação tem como objetivo a facilitação e dinamização dos processos de transferência de recursos para a execução de determinadas atividades pelo poder público, bem como o controle a aplicação dos recursos pertinentes. Assim, faz-se necessário averiguar a eficiência do texto normativo, diante de tais finalidades.

No caso em exame, o texto de Lei respeita o caráter impositivo do orçamento municipal, bem como do plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Além disso, é importante observar que os recursos do fundo foram direcionados especificamente para o atendimento de suas finalidades, quais sejam, a construção e reforma de casas para famílias de baixa renda e em condições precárias de habitação, e outras relacionadas ao tema, como a regularização fundiária e urbanização de lotes.

Também no que tange a extinção do FMH, a lei dispôs de maneira adequada, estabelecendo a reversão do patrimônio em benefício do Município, respeitados os direitos de terceiros que teriam negociado e recebido bens do fundo em garantia.

A proibição da aplicação dos recursos do fundo para a realização de despesas correntes também revela zelo do autor do projeto com a eficiência e transparência da administração pública. Por outro lado, o rol, exaustivo, das despesas que poderão ser realizadas com recursos do fundo afiguram-se pertinentes, motivos pelos quais o Projeto de Lei ora em apreço afigura-se, salvo melhor juízo, legalmente adequado.


CONCLUSÃO

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Diante do exposto, esta Comissão, acolhendo o voto de seu relator, opina pela legalidade do referido projeto, podendo o mesmo prosseguir em sua tramitação regimental normal.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 2003.


Leonardo Costa de Almeida
Relator


Clodoaldo José Borges
~~Membro~~
Presidente


José Helvécio Fernandes de Resende
Membro

Aprovado em 23/04/2003
Unanimidade

Presidente da Câmara